

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas, as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro 2012, acompanhadas de Notas Explicativas e do Parecer de Auditoria Externa.
Apesar da conjuntura econômica do país no ano de 2012, que ficou aquém das expectativas e o panorama especificamente do segmento da Construção, a Empresa Construtora Brasil cumpriu com eficácia os objetivos a que se propôs quer no volume de negócios

quer no resultado conseguido.
Visando potencializar seu campo de atuação no setor de Construção e Infraestrutura, a Companhia realizou uma associação com a entrada o Grupo Mota-Engil, que possibilitará também a expansão para outros segmentos como o da Construção Civil, Ferroviária, Eletromecânica e Portos.
Colocamo-nos ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.
A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em Milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
ATIVO				
Circulante:				
Caixa ou equivalentes de caixa	367	13.254	1.080	13.887
Aplicações financeiras	49.935	-	59.668	6.732
Contas a receber de clientes - Nota 5	36.288	47.948	39.022	50.425
Impostos a Recuperar	2.091	1.601	3.517	-
Adiantamento a fornecedores e outros	75	1	92	105
Despesas antecipadas	100	33	290	194
Créditos com SCP's - Nota 6	7.948	6.024	7.948	6.024
Outros ativos	320	404	337	421
Não Circulante	97.124	67.630	111.954	77.788
Realizável a longo prazo				
Créditos tributário diferido - Nota 7	1.231	1.231	12.585	5.712
Depósitos judiciais	-	-	43	209
Créditos contratos de obras - Nota 8	16.744	16.744	16.744	16.744
Créditos participação controladas	4.000	4.452	4.000	-
Imóveis a comercializar	-	2.204	-	2.204
Investimentos controladas - Nota 9	21.975	24.631	33.372	24.869
Outros investimentos	29.937	25.341	30	19.799*
Imobilizado - Nota 10	16.161	25.896	21.549	30.193
Intangível - Nota 3.h e 11	21.144	21.144	101.533	99.359
Total ativo não circulante	67.242	72.381	123.112	149.321
Total ativo	164.366	140.011	235.066	227.109
TOTAL DO ATIVO	186.341	164.642	268.438	251.978

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
PASSIVO				
Circulante:				
Fornecedores	1.875	5.267	2.800	6.931
Financiamentos/Arrendam. Mercantil	3.656	3.924	11.796	10.083
Empréstimos capital de giro	6.174	17.437	6.174	17.437
Parcela da concessão - ARTESP	-	-	1.822	1.722
Salários e encargos sociais	1.502	1.521	3.406	3.299
Impostos e contribuições a pagar	1.750	2.057	2.261	2.830
Imposto de renda e contribuição social	3.929	483	4.275	1.484
Provisão de férias e encargos	839	874	950	874
Provisões diversas	-	-	2.647	6.057
Dividendos a pagar	16.384	386	16.597	581
52.728 Não Circulante	36.109	31.949	52.728	51.298
Financiamento/Leasing/Finame - Nota 12	7.765	11.155	29.052	41.982
Empréstimos capital de giro - Nota 12	20.881	16.828	20.881	16.828
Parcela da concessão - ARTESP	-	-	6.275	7.104
Imp de renda e Contrib. social diferidos	-	-	464	439
Provisões p/manutenção e construções	-	-	10.933	-
Dividendos propostos	-	-	-	-
Patrimônio líquido	28.646	27.983	67.605	66.353
Capital social	94.717	55.050	94.717	55.050
Reserva de reavaliação	-	6.430	-	6.430
Ágio sobre Ações	26.268	-	25.173	32.989
Reserva legal	30	3.796	-	4.327
Reserva estatutária	-	-	-	882
Reserva de lucros	571	39.434	-	31.345
Dividendos propostos	-	-	-	-
121.586	104.710	119.890	98.034	
Participação dos Não Controladores	-	-	28.215	36.293
Total do Patrimônio líquido	121.586	104.710	148.105	134.327
TOTAL DO PASSIVO	186.341	164.642	268.438	251.978

(*) Corresponde ao ágio a amortizar na aquisição de participação de investimento em controlada

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em Milhares de Reais)

	Capital		Res. ágio		Reavaliação		Reservas de Lucros		Lucros Exercício	Patrimônio da Controladora	Conciliação	Patrimônio Líquido Consolidado
	2012	2011	2012	2011	Legal	Res. Retenção	Legal	Res. Retenção				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	55.050	-	-	-	12.935	3.379	-	36.374	-	107.738	(6.676)	-
Ajuste Patrimônio de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36.293	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	(1.562)	-	(1.562)	-	(1.562)
Realização reserva reavaliação	-	-	-	-	(6.505)	-	-	-	-	(6.505)	-	(6.505)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(3.303)	-	(3.303)	-	(3.303)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	8.343	8.343	-	8.343
Reserva legal	-	-	-	-	-	417	-	7.925	(417)	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.925)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	55.050	-	-	-	6.430	3.796	-	39.434	-	104.710	29.617	134.327
Ajuste Patrimônio de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.098)	(3.098)	-
Realização reserva reavaliação	-	-	-	-	(6.430)	-	-	-	-	(6.430)	-	(6.430)
Aumento capital com incorpor reservas	14.318	-	-	-	-	(3.796)	-	(10.522)	-	-	-	-
Aumento por subscrição, com ágio	25.349	-	-	-	-	-	-	-	51.616	-	51.616	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	7.993	7.993	-	7.993
Reserva Legal	-	-	-	-	-	30	-	7.963	(30)	-	-	-
Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	7.963	(7.963)	-	-	-
Dividendos pagos, Estatuto e AGE dez/12	-	-	-	-	-	-	-	(36.303)	-	(36.303)	-	(36.303)
94.717	26.268	30	571	-	-	-	-	-	121.586	26.519	148.105	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Empresa Construtora Brasil S.A. tem como objeto social a execução de obras de engenharia, atuando predominantemente como construtora de estradas e construção pesada em todo o território nacional.
Presentemente, a companhia executa obras e serviços também através de consórcios nos quais é líder, e em sociedades em conta de participação (SCP's) onde é sócia ostensiva.
A controlada Concessionária de Rodovias TEBE S.A. tem como atividade preponderante a manutenção e operação do Lote 3 da malha rodoviária de ligação entre os municípios de Catanduva e Bebedouro, Taquaritinga e Pirangi e Bebedouro e Barretos, todos no Estado de São Paulo. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e gestão dos serviços delegados, serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo de 240 meses com início em março de 1998 e término em fevereiro de 2018.
Em 08 de novembro de 2012 a Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da TEBE aprovou a incorporação da também controlada Infraenge Construções Ltda.
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09 adotadas pela Companhia no processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.
As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cujos valores estão apresentados para fim de comparação, foram preparadas nas mesmas bases.
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1 De aplicação geral
a) Apuração do resultado
As receitas e despesas de contratos são apropriadas de acordo com o regime de competência.
b) Reconhecimento das receitas e dos custos de obras
As receitas são mensuradas com base no faturamento e nos serviços executados a faturar; os custos com base nos serviços e materiais aplicados.
c) Contas a receber de clientes
Estão demonstradas pelos valores dos serviços faturados e das medições de serviços a faturar, não sendo prática da administração contabilizar provisão para eventuais perdas de créditos.
e) Créditos com sociedades em contas de participação
São provenientes de suprimentos e/ou resultados das execuções de obras por SCP's, onde a Companhia é sócia ostensiva.
f) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial; e em sociedades em conta de participação pelo valor das aplicações e/ou suprimentos para a execução de obras. Os demais investimentos em participações societárias são avaliados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido de provisões para as perdas consideradas permanentes.
g) Imobilizado
É demonstrado o custo de aquisição e instalação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescido de reavaliações procedidas por empresas especializadas e contabilizadas até 2007, deduzido da depreciação acumulada. As taxas de depreciação adotadas levam em consideração a vida útil estimada dos bens, e são consideradas adequadas pela Administração.
h) Intangível
Valor correspondente ao acervo técnico líquido, apurado em laudo elaborado por empresa especializada e contabilizado de acordo com a lei e as práticas contábeis vigentes na época, conforme aprovação pela Assembléia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2003. A Administração avaliou que as condições atuais permitem a manutenção do saldo contábil.
i) Valor recuperável de ativos imobilizado e intangível
Em atendimento à Resolução CFC nº 1.292/10 - Redução de Ativos ao Valor Recuperável, do Conselho Federal de Contabilidade, a Companhia avaliou as condições operacionais, tecnológicas e de mercado dos seus ativos para eventual contabilização de provisão para perdas (impairment) e não identificou a necessidade de ajustes.
j) Empréstimos e Financiamentos
Foram obtidos nas condições normais do mercado, estão atualizados pelos encargos financeiros pactuados e garantidos principalmente pelos bens financiados e por aval dos administradores.
l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido
A Companhia apura e recolhe os tributos com base no lucro real, considerando o benefício fiscal do diferimento sobre o lucro oriundo das parcelas a receber de órgão público. As provisões são contabilizadas, entretanto, com base na competência do exercício das receitas e das despesas.
m) Estimativas contábeis
As demonstrações financeiras refletem a melhor estimativa para valorização de ativos e

para a liquidação dos passivos, em condições normais de mercado.
n) Ajustes a valor presente
Não há ativos e/ou passivos a longo prazo sujeitos a ajustes a valor presente.
3.2 De aplicação restrita à controlada TEBE S/A, incluída na consolidação
a) Reconhecimento das receitas de pedágio
São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos, objeto da concessão pelos usuários.
b) Contabilização de contratos de concessão
Baseadas nas disposições contidas no LCP-01, aprovado pela Resolução nº 1.261/09 do Conselho Federal de Contabilidade e CFC, a administração da Companhia determinou a contabilização do contrato de concessão.
Em razão das suas características mencionadas, o contrato de concessão recebeu o tratamento de ativo intangível, que pressupõe que a administração efetua análises que envolvem o julgamento, substancialmente no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.
c) Amortização anual dos ativos intangíveis oriundos da concessão
A amortização destes ativos é reconhecida com base no prazo de 240 meses da concessão, com início em março de 1998 e término em fevereiro de 2018.
c) Provisão para manutenção referente a contratos de concessão
A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade.
4. PROCEDIMENTO DE CONSOLIDAÇÃO
Em atendimento à Resolução do CFC nº 1.240/09 - Demonstrações Consolidadas e nº 1.255/09 - Contabilidade PME's, ambas do Conselho Federal de Contabilidade, a sociedade consolidou as suas Demonstrações Contábeis com as das Controladas em atividades descritas na nota 09 abaixo (em 2012, somente a TEBE), tendo como objetivo apresentar as informações contábeis sobre o Grupo como única entidade econômica. Em 08 de novembro de 2012 a controlada Infraenge Construções Ltda. foi incorporada pela também controlada TEBE S/A.
Foram adotados os seguintes procedimentos:
a) combinação das demonstrações contábeis;
b) eliminação dos investimentos contabilizados da controladora em cada controlada em atividade e a participação da controladora no Patrimônio Líquido de cada controlada;
c) eliminação de saldos de contas ativas e passivas entre controladora e as controladas e entre as controladas;
d) segregação e apresentação da participação dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido das controladas.
5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contas a receber	3.920	8.073	3.920	8.080
Pedágio eletrônico a receber	-	-	2.734	2.210
Medições e serviços a faturar	32.368	39.875	32.368	39.875
Outras contas a receber	-	-	-	260
Total	36.288	47.948	39.022	50.425

6. SOCIEDADES EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO - SCP's
Os contratos para execução de obras através das Sociedades em Contas de Participação (SCP's), constituídas em conformidade com o código civil, têm as operações contabilizadas em contas específicas e tributadas separadas das da sócia ostensiva conforme determina a legislação fiscal do Imposto de renda.
A participação da Companhia nos resultados obtidos pelas sociedades em conta de participação neste exercício de 2012 foram refletidos nas contas de resultado como segue:

	Faturam.		Participação		Impostos		Custos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
SCPs	-	-	-	-	-	-	-	-
Obra Jacinto MG	-	-	-	-	-	-	646	-
Obra Barragem MG	12.252	3.675	-	-	260	2.691	-	-
Obra Pref.Rib.das Neves	5.625	-	2.812	-	353	1.222	-	-
Obra Taquaril Pref. Bhte.	-	-	-	-	-	115	-	-
Obra Enotel Ipojuca-PE	3.829	3.791	-	-	271	1.687	-	-
Soma	21.706	10.278	2.812	-	884	6.362	-	-

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia tinha créditos com as Sociedades em Contas de Participações, no total de R\$ 7.948 mil (em 2011, R\$ 6.024 mil), provenientes das participações nos resultados acima demonstrado.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em Milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Receita com arrecadações de pedágio	-	-	30.955	53.199
Receita bruta com obras e serviços	92.537	101.068	122.273	115.401
Receita com SCP's	10.278	17.405	10.278	17.405
Outras receitas	-	-	10.881	1.314
Total receitas operacionais	102.815	118.473	174.387	187.319
Impostos incidentes sobre receita bruta	(5.211)	(5.796)	(10.627)	(11.287)
Impostos incidentes sobre SCP's	(884)	(1.075)	(884)	(1.075)
Receita líquida dos serviços	96.720	111.602	162.876	174.957
Custos das obras e serviços empresa	(66.152)	(76.584)	(107.450)	(114.134)
Custos das obras e serviços SCP's	(6.362)	(18.084)	(6.362)	(18.084)
Lucro bruto	24.206	16.934	49.064	42.739
Despesas/ Receitas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(11.663)	(10.639)	(19.762)	(17.589)
Despesas tributárias	(1.013)	(1.144)	(1.013)	(1.144)
Receitas (despesas) financeiras,	(4.473)	(5.578)	(7.265)	(7.634)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.952)	2.347	(1.750)	2.823
Equivalência patrimonial controladas ..	4.175	6.786	-	-
(14.926)	(8.228)	(29.790)	(23.544)	
Lucro antes do IRPJ e Contribuição Social	9.280	8.706	19.274	19.195
Provisão para IRPJ / CSLL - Corrente ..	(1.287)	(363)	(7.674)	(6.012)
Provisão para IRPJ / CSLL - Diferido ..	-	-	-	1.668
Lucro líquido do exercício	7.993	8.343	13.268	13.183
Participação dos Não Controladores	-	-	(5.275)	(4.840)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO	7.993	8.343	7.993	8.343
Lucro líquido por ação - em R\$	0,12	0,11	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em milhares de Reais)

A Companhia não realiza operações ou transações comerciais e financeiras com as empresas controladas. Entretanto, a controlada Infraeng Engenharia Ltda., prestou serviços de execução de obras à Concessionária de Rodovias Tebe S.A., até a data da incorporação. A avaliação dos investimentos nas controladas pelo método da equivalência patrimonial foi efetuada com base no patrimônio líquido apurado em balanços de 31 de outubro de 2012, conforme admitido pela legislação societária (Lei 6.404/76). Demonstrações Financeiras condensadas das Controladas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são apresentadas a seguir:

	2012		2011	
	TEBE	INFRAENGE	TEBE	INFRAENGE
Ativo Circulante	14.830	-	9.935	1.540
Não Circulante	97.175	-	86.966	33.180
Total do Ativo	112.005	-	96.901	34.721
Passivo Circulante	16.619	-	19.165	1.501
Passivo não circulante ..	38.959	-	38.207	163
Patrimônio líquido	56.427	-	39.529	33.057
Total do Passivo	112.005	-	96.901	34.721
Receita líquida	66.156	-	55.517	7.838
Lucro líquido	9.451	(*)	9.706	5.154

(*) incorporada pela TEBE SA em novembro de 2012

10. ATIVO IMOBILIZADO

Contas	Controladora					
	31/12/2012		31/12/2011		Consolidado	
	Custo	Depreciação	Liq. Imob.	Custo	Depreciação	Liq. Imob.
Bens Imóveis	3.899	213	3.686	1.695	130	1.565
Máquinas Equip.						
Diversos	60.167	55.222	4.945	59.980	43.975	16.005
Veículos	17.607	10.139	7.468	17.836	9.694	8.142
Móveis e Utensílios ...	226	167	59	212	159	53
Outras Imobilizações	492	489	147	638	507	131
Direito de Uso -						
Software	-	-	-	-	-	-
Total Imobilizado	82.391	66.230	16.161	80.361	54.465	25.896

Contas	Consolidado					
	31/12/2012		31/12/2011		Imob.	
	Custo	Depreciação	Liq. Imob.	Custo	Depreciação	Liq. Imob.
Bens Imóveis	3.899	213	3.686	1.695	130	1.565
Máquinas Equip.						
Diversos	60.167	55.222	4.945	68.792	49.663	19.129
Veículos	19.767	11.750	8.017	19.887	11.087	8.800
Móveis e Utensílios ...	1.466	755	711	1.108	679	429
Outras Imobilizações	11.067	7011	4.056	968	698	270
Direito de Uso -						
Software	630	495	135	3	3	-
Total Imobilizado	96.996	75.446	21.549	92.453	62.260	30.193

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL S/A

- Carlos Antônio Vasconcelos Mota dos Santos - Presidente do Conselho de Administração
- Eduardo Costa Simões
- José Lúcio Rezende Filho
- Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha
- João Pedro dos Santos Dinis Parreira
- Luis José Donas Boto Vaz Pato

A DIRETORIA - EMPRESA CONSTRUTORA DO BRASIL S/A

- Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha - Diretor Presidente
- Duarte Nuno Viana de Oliveira Braga - Diretor Financeiro.
- Gilberto Tavares dos Santos - Diretor / Diretor de Operações
- Altair Valadares Dias - Contador CRCMG 30510

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012

Aos

Administradores e Acionistas da

Empresa Construtora Brasil S/A

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa Construtora Brasil S/A, identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

1. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

2. Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação

11. ATIVO INTANGÍVEL

Contas	Controladora					
	31/12/2012		31/12/2011		Consolidado	
	Custo	Amortiz.	Vr.Líquido	Custo	Amortiz.	Vr.Líquido
Marcas e Atestado	21.144	-	21.144	21.144	-	21.144
Software e direitos de uso	-	-	-	-	-	-
Total Intangível	21.144	-	21.144	21.144	-	21.144

O valor do intangível da Controladora corresponde a acervo técnico líquido, apurado em laudo elaborado por empresa especializada e contabilizado de acordo com a lei e as práticas contábeis vigentes na época, conforme aprovação pelos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2003. A Administração avaliou que as condições atuais permitem a manutenção do saldo contábil, conforme admitido pela Resolução CFC 1.139/08 - Ativo intangível (substituída pela Res.CFC 1.303/10), que em seus itens 107 a 110 admite que "ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado"; entretanto, ela deve ser revisada anualmente.

Contas	Consolidado					
	31/12/2012		31/12/2011		Imob.	
	Custo	Amortiz.	Vr.Líquido	Custo	Amortiz.	Vr.Líquido
Marcas e Atestado	21.144	-	21.144	21.144	-	21.144
Obras e Outras vinculadas						
ao Contrato concessão	109.960	31.503	78.457	101.409	25.501	126.910
Direito de Outorga	6.608	4.901	1.707	6.608	4.571	11.179
Encargos financ e gastos						
pré operacionais	1.315	1.226	89	1.315	1.210	2.525
Software e direitos de uso	397	261	136	379	214	593
Total Intangível	139.424	37.891	101.533	130.855	31.496	99.359

O saldo de 'Obras e outras vinculadas ao Contrato de Concessão', referem-se aos custos de obras e outros relativos à concessão à controlada 'Concessionária de Rodovias Tebe S/A', realizados anualmente e amortizados em função do prazo do contrato.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - LONGO PRAZO

Os financiamentos para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para integrar o ativo imobilizado da Companhia e os empréstimos para capital de giro vencíveis a longo prazo são os seguinte:

	2011		Taxas %	2012	
	Contro-ladora	Conso-lidado		Contro-lador	Conso-lidado
Capital de Giro					
Itaú	7.000	7.000	4,71% + CDI	3.000	3.000
Bco Brasil	9.828	9.828	0,59 + TJLP	17.881	17.881
	16.828	16.828		20.881	20.881
Operações Finance					
Bonsucesso	152	152	2,4 + TJLP		
Itaú	429	429	1,8 + TJLP		
Unibanco	557	557	1,9 + TJLP		
Bco Brasil	8.718	8.718	4,5 + TJLP	7.072	7.072
Bradesco	0	163	6,5 + (TJLP + 1%)		
	9.856	10.019		7.072	7.072
Operações Leasing					
Caterpillar Financial .	824	824	1,30 + TJLP	294	294
Itaú	475	475	1,36 + TJLP	399	399
	1.299	1.299		693	693
Arrendam. Mercantil					
Bradesco / Itaú	-	964	-	-	-
Bco.Mercantil	-	-	-	-	518
	-	964	-	-	518
Capital Fixo					
Finame/ Finem/ FAT/ PIS PASEP - BNDES	-	29.700	4,5 - 5 + TJLP	20.769	20.769
Total	27.983	58.810		28.646	49.933

13. CONTINGENTES

A sociedade Controladora e sua controlada estão sujeitas, nos termos da legislação vigente, a revisão de obrigações tributárias pelas autoridades competentes, relativamente a períodos variáveis de prescrição. Não existem responsabilidades contingentes nas esferas judicial ou outras que pudessem afetar adversamente a companhia.

14. CAPITAL SOCIAL

O capital social da Controladora em 31 de dezembro de 2012 está representado por 100.185.267 ações, sem valor nominal (em 2011, por 73.780.000), incluindo a subscrição de 26.405.267 novas ações, por novos acionistas, conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2012.

15. SEGUROS

Os acionistas da Companhia autorizaram, conforme deliberado em AGE de 16 de fevereiro de 2009, a prestação de fiança à coligada Concessionária de Rodovias Tebe S.A., solidariamente às sócias da concessionária, no contrato de operação de crédito de R\$ 18.586.000,00 pelo prazo de 108 meses junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

16. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS À COLIGADA

Os acionistas da Companhia autorizaram, conforme deliberado em AGE de 16 de fevereiro de 2009, a prestação de fiança à coligada Concessionária de Rodovias Tebe S.A., solidariamente às sócias da concessionária, no contrato de operação de crédito de R\$ 18.586.000,00 pelo prazo de 108 meses junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

17. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diretoria autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 20 de abril de 2013, as quais considera os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Base para opinião com modificação

(a) Em 31 de dezembro de 2012 as contas a receber de clientes por medições a faturar incluem (i) o valor de R\$ 5.390 mil relativo a obras/ serviços em negociação na data de emissão deste parecer, e (ii) também o valor de R\$ 15.050 mil pleiteados formalmente em janeiro de 2011, por 'custos incorridos em decorrência de execução de obras em condições adversas daquelas pactuadas inicialmente' com órgão público que, por seu turno, oficializou processo de pedido de ressarcimento de valores, sendo que os advogados da sociedade informaram que no momento não há como mensurar as possibilidades de desfecho/solução. A auditoria não pode concluir sobre a necessidade ou não de contabilizar provisão para eventual perda na realização destes créditos, contabilizados sem a provisão para os encargos tributários incidentes na competência dos exercícios.

(b) A sociedade adota a prática de contabilizar as baixas e depreciações de bens reavaliados contra a própria reserva de reavaliação contabilizada no patrimônio líquido, cujo montante remanescente no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 6.430 mil (em 2011 R\$ 6.505 mil). Em consequência, o resultado do exercício não foi afetado pela depreciação da reavaliação, sem, entretanto, influenciar os saldos do patrimônio líquido.

(c) Conforme descrito na Nota explicativa nº 8, fundamentada no parecer dos consultores jurídicos a sociedade decidiu contabilizar em 2005, na conta de Créditos de contratos de obras, classificada no Ativo não circulante, os valores cobrados judicialmente. Do exercício de 2008 a 2011, contabilizou também a atualização monetária sem, entretanto, contabilizar

a provisão para os encargos tributários incidentes nas devidas competências de exercício, incluindo o total de R\$ 538 mil sobre valores de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social compensados na apuração do lucro real do exercício de 2012, cuja contabilização seria a crédito de Ativo fiscal diferido (Nota 7).

3. Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos fatos mencionados no parágrafo 3(a) e quanto aos fatos descritos em 3(b) e 3(c) acima, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Construtora Brasil S/A em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Outros assuntos

(a) Ênfase

Do saldo de R\$ 9.438 mil (em 2011, R\$ 15.739 mil) relativos a medições de serviços a faturar, outros que não os descritos em 3(a) acima, o valor de cerca de R\$ 7.372 mil (em 2011, R\$ 5.320 mil) estava aguardando autorização para faturamento na data de emissão deste relatório.

(b) Valores das demonstrações financeiras individuais do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com o relatório emitido em 13/04/2012, e continha opinião com modificação quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos 3(a) a 3(c) e a mesma ênfase acima.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2013

CASTRO SERRA NIRDO

Auditores Independentes - CRC/MG 190

Valter Caixeta Borges Alexandre Pompeu dos Santos

Contador CRC-MG 17.698 Contador CRC-MG 65.880